UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E EDUCAÇÃO DE PRIVADOS DE LIBERDADE

Polícia na Escola ï A política pública ôPM Residenteô nas Escolas Estaduais Gaúchas

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Estudante: José Carlos Sturza de Moraes

Orientadora: Profª. Drª. Miriam Pereira Lemos

Porto Alegre

Primavera de 2012

SUMÁRIO

1 ï Introdução **p. 3**

2 ï A pesquisa, um pouco da história e situação atual da política pública óPM Residenteô **p. 4**

2.1 ï Aspectos situacionais do Estado e do trabalho de professores/as e soldados/as da Brigada Militar **p. 13**

3 ï óPM Residenteô: relação com a temática das óviolências nas escolasô e alguns elementos da pesquisa de campo **p. 16**

4 ï Reflexões preliminares **p. 21**

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 ï **óPM Residenteô, por Coordenadoria Regional de Educação (CRE), em outubro de 2011** **p. 9**

Tabela 2 ï **Informações quanto às escolas pesquisadas, a partir dos diários de campo e SEDUC (informações de matrícula/2011)** **p. 11**

Tabela 3 ï **Informações quanto à implantação da política pública óPM Residenteô e características da comunidade escolar** **p. 12**

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 ï **ñEscola da Capital arrombada pela quinta vez no ano terá PM residenteò** **p. 19**

Figura 2 ï **ñEscolas estão à mercê de vândalosò** **p. 19**

1 ï Introdução

Neste trabalho exploratório de pesquisa apresento descrição e análise inicial do Programa óPM Residenteô, realizada enquanto Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos e Educação de Privados de Liberdade.

Entre agosto de 2011 e maio de 2012 realizei a presente pesquisa, movido pelas partilhas havidas junto ao Curso de Especialização e também na disciplina óSeminário sobre violência social, juventude, escola e educação para além da Escolaô, do Programa de Pós Graduação em Educação, como aluno PEC.

Inicialmente, busquei produções existentes sobre como se constituiu essa política pública no RS e, eventualmente, em outros Estados, sobre a instituição de presença de policiais dentro de escolas como moradores/as. A falta de bibliografia a respeito[1] suscitou indagar sobre tal circunstância: como uma política pública com essa marca não chamou a atenção acadêmica de algum setor da sociedade civil ou de conselhos setoriais para estudo, questionamento ou avaliação? Que particularidades podem estar sustentando essa aparente invisibilidade para estudos, avaliação e controle públicos, frente a uma razoável visibilidade de divulgação da existência da mesma na política pública de Educação e na imprensa[2] gaúcha?

Nos trânsitos de pesquisa, fui estabelecendo pontes com outros lugares-percursos que tive e tenho nesse emaranhado de relações dos quais a escola faz parte. Pontes que me ajudaram a pensar contextos, mas sobre os alicerces dos quais também procurei manter vigilância epistemológica para não cair em apriorismos e preconceitos. Afinal, ter sido conselheiro tutelar, ainda que lá entre 1995 e 2001, me rendeu certa

---

[1] Verificada por pesquisa no Banco de Teses (e Dissertações) da CAPES, onde a ocorrência de óPM Residenteôfoi zero, óPolícia Escolarôfoi de 101, 9 das quais interessantes para pensar o tema, e outras terminologias, menos significativas, tiveram 32 ocorrências. Também no Scielo e Google, encontrei cerca de 20 documentos que dialogam proximamente com a temática, pelo viés das violências nas escolas e ação policial junto à escola. Mas nada sobre esse programa em particular ou algum similar. Assim como nada constando na SEDUC/RS e na Brigada Militar, inclusive em seu próprio Instituto de Pesquisas.

[2] O recurso à documentação secundária na imprensa estadual, centralmente a partir da internet, deveu-se à dificuldade de documentação de outra natureza. As reportagens, inclusive, auxiliam a reconstruir elementos mais gerais da política pública, não apenas vinculados à situação de uma ou outra escola pesquisada.

desconfiança da escola e seus/as agentes, nas muitas expulsões indevidas e nas muitas omissões quanto a violências familiares. Situações em que, além do acionamento de habilidades técnicas formativas que tive na graduação em ciências sociais (UFRGS), em especial nas cadeiras de pesquisa, e mais especialmente ainda a partir do método etnográfico, tive que buscar também as experiências positivas a favor dos direitos humanos de crianças e adolescentes, que igualmente ocorreram na minha experiência conselheira, apesar de bastante menos frequente que seu inverso.

Além disso, também nos encontros do curso de especialização tive a oportunidade de conviver com muitos/as professores/as, entre estudantes como eu e os/as professores/as do curso, cujas trajetórias e relatos deram-me ânimo renovado para buscar conhecer mais e compreender as relações intramuros de escolas. Inclusive porque, minha identidade docente é recente, de quem concluiu a graduação em 2009 e iniciou-se na carreira em 2010, atualmente na docência em Educação de Jovens e Adultos (Ensino Médio) e com Jovens Aprendizes numa escola de trabalhadores/as, a Escola Técnica José Cesar de Mesquita, cuja mantenedora é o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Porto Alegre.

2 ï A pesquisa, um pouco da história e situação atual da política pública óPM Residenteô

A pesquisa foi desenvolvida como de forma quantitativa e qualitativa, inicialmente revisitando a literatura referente às temáticas correlatas à questão das políticas de segurança pública nas escolas, foi possível perceber que a discussão sobre esta temática ainda está muito incipiente e que política pública óPM Residenteô ainda não registrada na bibliografia. Os dados foram construídos para subsidiar as análises, a partir da coleta de informações junto à mídia impressa, entrevistas abertas em escolas e contatos com órgãos públicos responsáveis. Entre visitas, telefonemas e correspondências eletrônicas (e-mails) cheguei a cinco escolas estaduais de Porto Alegre, sendo que em uma consegui conversar com um policial militar residente na escola; em outra conversei com o grupo diretivo e, nas outras três, conversei somente com um/a integrante da direção. Partindo das informações coletadas, foi possível criar

tabelas de mapeamento desta política pública no Estado do RS e algumas representações sobre a mesma, desde o olhar da escola.

As escolas foram escolhidas pelo fato de terem ou tido recentemente policiais militares como moradores/as.

Para conseguir informações básicas, busquei a Secretaria de Segurança Pública (SSP) e Secretaria da Educação (SEDUC), recebendo como resposta que não havia informações por parte da SSP e muita dificuldade de obter informações por parte da SEDUC, o que implicou em certa insistência e na decisão de buscar informações diretamente junto às Coordenadorias Regionais de Educação (CREs), que são unidades administrativas regionais da SEDUC.

A partir das informações coletadas é possível entender que o Programa óPM Residenteô é uma política pública para as escolas públicas estaduais executada pela Secretaria de Segurança Pública (SSP) e Secretaria da Educação (SEDUC)[3] do Estado do Rio Grande do Sul (RS). Tal política se materializa pela cessão de moradia para servidores/as ativos/as da polícia militar estadual dentro de escolas estaduais, em geral para responder demanda social decorrente de arrombamentos e outros delitos que ocorrem em escolas e suas imediações.

Simultaneamente, algumas interações que se produzem nas relações *intramuros* de escolas foram alvo de pesquisas, buscando compreender uma política de estado, que vai ao encontro de interesses imediatos de centenas de comunidades escolares ao longo de mais de duas décadas. Processo este em que se buscou também saber como alguns/mas daqueles/as que vivenciam a experiência a representam, especialmente docentes que ocupam cargos diretivos.

Tais direcionamentos de pesquisa implicaram buscar informações acerca da gestão e controle público dessa política nas secretarias envolvidas e em escolas, assim como se procurou estabelecer conexões com temáticas de estudo e perspectivas teóricas, ainda que seja

> [...] muito difícil proceder a uma avaliação de políticas de segurança pública, assim como da *performance* policial. Não se trata de uma dificuldade exclusivamente brasileira. Em todo o mundo, entre os especialistas e

[3] Com a interveniência ainda da Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos, responsável pelo patrimônio público.

> gestores, estudiosos e profissionais que atuam na área, essa é uma questão controversa. As polêmicas se sucedem em seminários internacionais e visitas de consultores. É simples entender: determinada política pode ser virtuosa e, ainda assim, os indicadores selecionados podem apontar crescimento dos problemas identificados como prioritários ï por exemplo, taxas de certos tipos de criminalidade. O contrário também é verossímil: podem conviver uma política inadequada e bons resultados. (SOARES, 2007, p. 77 e 78)

Dificuldade essa que parece muito próxima das políticas de educação. Nesse sentido, óviolências nas escolasô num primeiro momento foi uma perspectiva interessante para pensar o antes e o depois das pesquisas, em fontes secundárias e interações em campo, pelo que pode engendrar de fronteiras, zonas de sombreamento e de atuação compartilhada entre as políticas de segurança pública e educação. Num segundo momento, a partir das entrevistas com membros de equipes diretivas de escolas, a questão da crise de autoridade que se expressa também na escola passou a receber atenção.

Entre visitas, telefonemas e correspondências eletrônicas (e-mails) cheguei a cinco escolas estaduais de Porto Alegre, nas quais: em uma consegui conversar com um policial militar residente na escola; em uma conversei com o grupo diretivo e em outras três conversei somente com um/a integrante da direção.

A partir dessas interações, verifiquei que o Programa óPM Residenteô é apresentado como um convênio SEDUC e SSP, disponível para a comunidade, por intermédio do Departamento de Articulação com os Municípios da SEDUC, via setor específico, a óAssessoria técnica ï Cessão de uso e doações ï PM residente, Guarda e Patrulha Escolarô. Sua implantação em cada escola precisa atender a três requisitos: solicitação de uma direção da escola, espaço físico para moradia e disponibilidade do policial militar para, no local, residir[4].

No sítio da SSP inexiste registro dessa política pública. Já no sítio da SEDUC existe, inclusive com link de acesso e definição de se tratar de um Programa (Termo de Convênio SSP/SEDUC, Nº 36/2008).

---

[4] No sítio da SEDUC/RS, no link do Departamento de Articulação com os Municípios, são apresentadas sete ações governamentais como programas: Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar no Rio Grande do Sul ï PEATE/RS, Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Estadual no Município ï PRADEM, Programa de Municipalização da Alimentação Escolar, Programa Bolsa Família, PM Residente, Guarda Escolar ï Patrulha Escolar, Práticas Pedagógicas e Estágio Profissional Obrigatório.

No Termo de Convênio é destacado que o mesmo é realizado ñcom base no disposto do artigo 27 do Decreto 43.519/04, que regulamenta a Lei 12.144/04ò. Porém a lei e o decreto não tratam do programa óPM Residenteô. A Lei 12.144 ñDispõe sobre o Corpo Voluntário de Militares Estaduais Inativos da Brigada Militar (CVMI)ò e óinativosô não podem ser óPMs Residentesô, conforme texto do Termo de Convênio; e o Decreto 43.519, apenas regulamenta aquela lei e estabelece mais normatizações de uso e controle dos bens patrimoniais imóveis do Estado[5].

Além dessas particularidades quanto às leis, dois outros aspectos me chamaram atenção a partir da leitura do Termo e das Leis a que ele remete. O primeiro é que não há qualquer registro de formalização de execução compartilhada antes de 2008, o que indica que antes de ser formalizada a parceria SEDUC/SSP havia a prática óPM Residenteô, e essa pelo menos por quase ou mais de vinte anos desregulamentada ï a não ser pela autorização de uso das moradias, que passa por processo burocrático, publicação no Diário Oficial do Estado, etc. E, o segundo aspecto, é a inexistência de referência quanto à capacitação ou formação específica do/a policial militar para ingresso no programa.

A anterioridade do programa foi declarada pela própria SEDUC[6], ñdécada de 90ò, e foi comprovada na pesquisa empírica (entrevistas realizadas), por notícias de jornal e matérias institucionais, como esta, reproduzida parcialmente, de 2007:[7]

> 03/07/2007 ***ï* Secretários da Segurança Pública e da Educação do RS avaliam questão dos arrombamentos nas escolas**
> O secretário da Segurança Pública do RS, José Francisco Mallmann, recebeu em audiência, [...], a secretária estadual da Educação, Mariza Abreu. O encontro teve o objetivo de avaliar a situação das escolas públicas e os arrombamentos que vêm ocorrendo em maior número, nos últimos dias. [...] Uma das soluções propostas é a retomada do Projeto PM residente, que estabelece o ambiente escolar para a moradia de um policial militar, que fica responsável pela segurança do estabelecimento de ensino. [...] Um grupo de trabalho, composto por representantes das duas secretarias, será criado até a próxima sexta-feira (06/07) e terá o encargo de avaliar o andamento do projeto PM Residente [...]

---

[5] Situação diferente se verificou quanto à experiência do Paraná, onde existe lei específica, inclusive com critérios objetivos para a escolha de policiais militares para as escolas.
[6] Informação que me foi repassada por correspondência eletrônica pela gerência do Sistema de Monitoramento Estratégico/SME da Secretaria Estadual da Educação/Interiorização, do Departamento de Articulação com os Municípios da SEDUC/RS.
[7] Sítio da SEDUC/RS: http://www.seduc.rs.gov.br/pse/html/noticias_det.jsp?PAG=1&ID=2944.

Embora na matéria supracitada não tenha constado dados acerca da quantidade de policiais integrantes do programa, fazendo menção a ñretomada do Projeto óPM Residenteôò, outra matéria, de 2002, intitulada óViolência expulsa alunos da escolaô, informava a existência de 280 óPM Residenteô no RS, 141 atuando apenas na Região Metropolitana[8]. E na correspondência eletrônica da SEDUC foi-me informado o número de 421 PMs Residentes em 2011. Outra questão importante, é que parece bastante razoável presumir pela leitura da matéria que um dos frutos da reunião de 2007, entre titulares de secretarias, tenha sido a construção do Termo de Convênio SSP/SEDUC (Nº 36/2008), no ano seguinte, assim como sua anterioridade a 2002, visto a sua já importante presença em mais de 250 escolas.

Tendo em vista os dados disponibilizados pela SEDUC, e via imprensa, foi possível verificar um aumento no número de óPM Residenteô e escolas atendidas, podendo ter sido ainda maior que o contingente atual, de 421 policiais militares. Entre 2002 e 2011, houve crescimento real de 66,5% no número de policiais moradores em escolas.

Para qualificar mais essa informação, antes de receber os dados da SEDUC, que relutou em fornecê-los, busquei saber da implantação regional do programa no Estado, solicitando informações às CREs, objetivando ñsaber em quantas escolas o programa está implementado, assim como verificar se há algum setor específico de acompanhamento/assessoria ao mesmo na estrutura da CREò. Das 30 coordenadorias existentes, com três não consegui contato. Das demais 27, cinco enviaram respostas (Tabela 1):

[8] Reportagem de Rodrigo Lopes, Zero Hora de 28/04/02: óViolência expulsa alunos da escolaô, com segunda chamada intitulada óEstudantes estão abandonando salas de aula em Porto Alegre por medo do confronto entre ganguesô

Tabela 1 ï **óPM Residenteô, por Coordenadoria Regional de Educação (CRE), em outubro de 2011**:

CRE	Escolas com óPM Residenteô	Municípios em que existem óPM Residenteô	Nº de óPM Residenteô	Outras informações/ Municípios que integram a CRE
4ª CRE Caxias do Sul	**29**	N.I.	**29**	Municípios integrantes da CRE: Antônio Prado, Cambará do Sul, Canela, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Gramado, Jaquirana, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Francisco de Paula e São Marcos.
5ª CRE Pelotas	**06**	Arroio Grande, Jaguarão, Pelotas e Piratini.	**07** (Dois numa escola.)	CRE informou dados de 63 das 126 escolas pertencentes àquela região. Onze das quais manifestaram ter óPM Residenteô ou outro tipo de guarda (início de 2011). Outros municípios dessa CRE: Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Cristal, Herval, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pinheiro Machado, Santana da Boa Vista, São Lourenço do Sul e Turuçu.
7ª CRE Passo Fundo	**13**	David Canabarro, Guaporé, Marau, Passo Fundo e Sertão.	N.I.	Outros municípios dessa CRE: Água Santa, Camargo, Capão Bonito do Sul, Casca, Caseiros, Ciríaco, Coxilha, Ernestina, Gentil, Gramado dos Loureiros, Ibiaçá, Ibiraiaras, Lagoa Vermelha, Mato Castelhano, Muliterno, Nicolau Vergueiro, Nonoai, Pontão, Rio dos Índios, Santa Cecília do Sul, Santo Antônio do Palma, São Domingos do Sul, Tapejara, União da Serra, Vanini, Vila Lângaro e Vila Maria.
19ª CRE Rio Grande	**08**	N.I.	**08**	A CRE possui 56 escolas, nos municípios de Chuí, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar e São José do Norte.
23ª CRE Vacaria	**03**	Bom Jesus e Vacaria.	**03**	A CRE conta com 31 escolas, em mais sete municípios: Campestre da Serra, Esmeralda, Ipê, Monte Alegre dos Campos, Muitos Capões, Pinhal da Serra e São José dos Ausentes.

As informações da Tabela 1 dão conta da existência de 59 óPM Residenteô fora da região metropolitana em outubro de 2011. Sabendo que Porto Alegre (1ª CRE) contava em 2011 com 119 óPM Residenteô[9], é razoável supor sua presença em todas as coordenadorias regionais de educação. Afinal, estão identificadas seis das trinta CREs e ainda falta verificar a presença regional de outros 243 policiais militares residindo em escolas.

Retomando a questão da inexistência de preparação ou formação específica para ingresso neste programa, tal situação poderia ser entendida como um esquecimento de registro, não necessariamente de execução. Todavia, em todas as interações de pesquisa, inclusive na entrevista de um policial militar, que atualmente faz parte do programa, ficou claro que realmente não há formação específica para o ingresso no programa óPM Residenteô: ñcom o programa não temos que fazer bico e sobra algum dinheiro para mandar para a família, sem falar em como são os alojamentos da brigada. O senhor nem imagina, é muita gente amontoada, como no Centro Vida. Só temos como mudar depois do estágio. Isso, se abrir vaga na nossa cidadeò.

Interpretação de todo plausível, tendo em vista a ilegalidade das ocupações paralelas à carreira na brigada militar (bicos). Mas, há que se questionar se não seria o caso de óum bico franqueadoô pelo próprio Estado.

Para facilitar a visualização do universo de pesquisa, as cinco escolas estaduais às quais visitei para a pesquisa, a seguir apresento duas tabelas. A Tabela 2 apresenta uma breve descrição da escola e sua infraestrutura, com dados colhidos em campo e oficiais da SEDUC, disponíveis publicamente em seu sítio. A Tabela 3 busca dar conta da instituição da política pública óPM Residenteô em cada escola, sua trajetória e características da região em que cada estabelecimento de ensino está inserido, com base também em dados do Observa POA (Portal da Prefeitura de Porto Alegre, com informações variadas sobre a cidade e seu desenvolvimento).

---

[9] Conforme matéria de Carolina Rocha, Jornal Diário Gaúcho, de 25/10/2011, intitulada óEscolas estão à mercê de vândalosô, com informações atribuídas ao Tenente Coronel Paulo Moacyr Stocker, que dão conta da passagem de 90 para 119 óPM Residenteô entre 2010 e 2011.

Tabela 2 ï **Informações quanto às escolas pesquisadas, a partir dos diários de campo e SEDUC (informações de matrícula/2011)**:

Escola	Etapas da Educação Básica oferecidas	Número de estudantes por etapa	Número total de estudantes	Características de infraestrutura física das escolas
A	Ed. Infantil E. Fundamental	40 880	920	Prédios pintados, ajardinados e com organização de controle de pátio no recreio, com participação da comunidade escolar (apoio no recreio e outros). Comunidade de trabalhadores com moradia estável. Atende comunidades mais recentes do entorno, inclusive em situação de ocupação urbana irregular.
B	E. Fundamental E. Médio	1.106 288	1.394	Prédios precários, muitos vidros quebrados e pintura precária. Sem ajardinamento e com clara insuficiência funcional. Situada em via de acesso entre comunidades extremamente pobres, inclusive com ocupações urbanas irregulares. Grande violência e alto índice de homicídios nos arredores.
C	E. Fundamental	899	899	Prédio em bom estado e instalações adequadas, sem ajardinamento. Apesar de situada no centro de uma região com altos índices de homicídios, escola relata pouca incidência de fatos violentos.
D	Ed. Infantil E. Fundamental	20 260	280	Prédios pintados, ajardinados. Casa de óPM Residenteô é na esquina da rua da escola e avenida de grande movimento. Comunidade de trabalhadores com moradia estável.
E	E. Fundamental E. Médio EJA/Fundamental	407 354 360	1.121	Prédios pintados, quadras de esportes adequadas, ajardinamento. Sistema de vigilância por circuito interno de câmeras. Estudantes oriundos de muitas comunidades do entorno, com baixa incidência de violência letal.

Tabela 3 ï **Informações quanto à implantação da política pública óPM Residenteô e características da comunidade escolar**:

Escola	Tempo de implantação	Características da implantação na escola	Características da comunidade local
A	Em torno de 10 anos	Sete óPMs Residentesô passaram pela escola. Dois com família, um sozinho e uma sozinha. À época da pesquisa, um grupo de três soldados residia. Sempre houve boa relação com policiais. Motivos de saída: transferência de trabalho ou compra de moradia própria e (um soldado) envolvimento em conflito local, sem relação com escola.	Loteamento regular, organizado entre as décadas de 1950 e 1960. A escola vem recebendo estudantes de outras comunidades próximas, vários de ocupações recentes, muitas das quais clandestinas. Existem assaltos eventuais a estudantes e pais/responsáveis nas proximidades.
B	Em torno de 21 anos	Três óPMs Residentesô passaram pela escola, que não conta com nenhum há cerca de cinco anos. O primeiro, com a mulher, ficou uns cinco anos; o segundo sozinho (dispensado pela agressividade e por se meter com alunas) e a terceira, que ficou menos de um ano teve que ser dispensada porque adorava confusão com a vizinhança da escola. A escola conta com uma casa nova para receber policiais.	Escola se situa numa grande via que é limítrofe de vários bairros e vilas, em sua totalidade de baixíssima renda. Tem problemas históricos de segurança, já tendo o prédio sido atingido por disparos de arma de fogo durante as aulas. Há três anos conta com segurança 24h, sem arma, contratada pela SEDUC.
C	Em torno de 10 anos	Um único óPM Residenteô, com a família. À época da visita, estava preso havia três anos e família morava na escola, sem boa relação. Escola não consegue a saída da família, cuja situação está em juízo.	Comunidade majoritariamente de ocupação, com alto índice de homicídios. Apesar disso, a violência letal e mesmo outras graves manifestações não adentram a escola.
D	Mais de 10 anos	Desde a implantação é o mesmo óPM Residenteô, cuja relação com a escola é praticamente inexistente, a não ser para demandar coisas para sua casa ou escola (ósem fazer parte da solução do problemaô), segundo a direção. Já houve ameaça a aluno por parte dele, mas isso foi resolvido por outra direção no passado.	Escola situada ao lado de uma movimentada via entre bairros, na sua maioria regulares, recebe estudantes de suas imediações. Quando da implantação do óPM Residenteô havia muitos arrombamentos. Atualmente, a direção atribui a inexistência de arrombamentos à boa relação com a comunidade escolar, cujos alunos conhecem pelo nome.
E	Mais de 10 anos	Desde a implantação, dois policiais moraram na escola. O atual e outro anterior. Ambos, homens com suas famílias, com filhos que estudaram na escola. Relação tranquila, sendo que o primeiro interagia mais com a escola e o atual, limita-se a morar e zelar nos fins de semana e à noite.	Escola situada em perimetral, com estudantes oriundos de várias regiões. Há integração com a rede comunitária, inclusive bom contato com a Patrulha Escolar. Redução nos arrombamentos, não é associada necessariamente a existência de óPM Residenteô.

2.1 ï Aspectos situacionais do Estado e do trabalho de professores/as e soldados/as da Brigada Militar

Com a 5ª maior população entre os estados brasileiros, cerca de 10.700.000 habitantes, o RS conta com quatro redes de ensino, totalizando 9.841 escolas, majoritariamente municipais. Dessas escolas, 2.554 são estaduais e atendem 1.199.995 alunos (47,8% do alunado gaúcho da educação básica), o que corresponde a quase 10% da população total do estado[10]. Desse contingente de escolas, descobri que a política pública óPM Residenteô está presente em pelo menos 400 estabelecimentos da rede estadual (15,66%), proporcionando que policiais militares morem em residências dentro de escolas estaduais, sós, acompanhados/as de suas famílias ou ainda em grupos com outros policiais.

Trata-se de uma política pública de amplo enraizamento, presente em diversas (senão todas) regiões do Estado com implicações diversas sobre o cotidiano escolar de milhares de estudantes, de profissionais em educação, de centenas de policiais militares e familiares. Uma política pública que institui forma peculiar no Brasil[11] de se cuidar do patrimônio público e dar proteção às crianças e adolescentes, assim como aos profissionais da educação.

Em sua execução, essa política pública reúne duas categorias profissionais, que historicamente vivem situação de precariedade salarial no RS e, por decorrência, em uma situação particular de vulnerabilidade social que se precisa aprofundar (ainda que inseridos no mercado formal de trabalho, estatal, mas precário): policiais militares e professores/as.

No caso dos policiais militares uma vulnerabilidade bastante anunciada é questão da moradia e da convivência familiar[12]. Uma realidade que, em termos de

---

[10] Fontes: SEDUC, SEPLAG (Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul) e MEC/INEP (Censo Escolar da Educação Básica). O total de alunos (matrícula inicial 2009) era de 2.508.201, sendo que a rede municipal respondia por 953.993 alunos, a federal, 16.267, e a particular por 337.956 alunos.

[11] Apenas no Paraná encontrei programa semelhante, que prevê a moradia de ñoutro servidor da Rede Estadual de Educação Básicaò, caso não possa um policial militar. Fonte: Ouvidoria do Governo do Paraná.

[12] Tal situação tem informado discussões nacionais do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci): ñPoliciais civis e militares, (...) de baixa renda terão acesso

Brasil, faz parte do texto do Plano Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH 3, 2010) onde se trata da ñpromoção dos Direitos Humanos dos profissionais do sistema de segurança públicaò, recomendando ñaos estados e Distrito Federal respeito ao direito à convivência familiar dos profissionais de segurança públicaò.

Soldados da polícia militar estadual recebiam no RS, em 2011, o 27º menor salário entre as 27 polícias militares (PMs) do Brasil, correspondendo a R$ 996.00. O maior salário era pago no DF, com R$ 4.129.73[13]. Mesmo com o reajuste conquistado no final de 2011, após um forte movimento de protestos com a queima de pneus em rodovias, os/as PMs gaúchos/as continuam entre os/as que têm menor remuneração no país. Acusados de terroristas pelo governo estadual e parte da imprensa pela prática dos incêndios noturnos, não foi abordada uma questão central de diferenciação entre professores/as, que têm um forte sindicato, e os policiais militares,

> [...] como servidores públicos militares, sofrem restrições para o exercício de direitos políticos; para ser elegível, deve contar com menos de dez anos de serviço, deve pedir desligamento da atividade e, se contar com mais de dez anos, será agregado; entretanto, se vencer a disputa, deverá ser colocado em inatividade (art. 14, § 1º, combinado com art. 142, § 3º, incisos IV e V da Constituição Federal). Os regulamentos disciplinares, de maneira geral, literalmente copiados ou inspirados dos regulamentos disciplinares das Forças Armadas, proíbem qualquer tipo de manifestação coletiva e qualquer manifestação individual que promova críticas à Administração Policial, dimensionando os policiais a soldados burocratas. (CALAZANS, 2009, p. 65)

Em relação à remuneração de professores a situação não era muito diferente. O RS era, em 2011, um dos oito estados brasileiros que pagava abaixo do piso nacional, cujo valor, para professores de nível médio, que trabalham 40 horas por semana, era de R$ 1.187[14].

Por decorrência dos baixos salários, professores e soldados da polícia militar necessitam extensão da jornada de trabalho em mais de um emprego formal e/ou através de outras fontes de renda, popularmente conhecidas como óBicosô. Pesquisa

---

ao Plano Nacional de Habitação para Profissionais de Segurança Pública (...). A iniciativa visa tirá-los das áreas de vulnerabilidade social ï onde têm a sua integridade física, e de sua família, ameaçada.ò(MJ, 2011)

[13] Fonte: ABAMF.

[14] Fonte: CNTE.

realizada (2007) [15] ñapontou que 51% dos professores dobram a jornada e que 19% deles dão aulas em até três períodos. O estudo também mostrou que os professores gastam, em média, 59 horas por semana em atividades relacionadas ao trabalho.ò. No caso dos/as policiais militares essa questão torna-se mais grave. O duplo emprego lhes é proibido e os óbicosô (geralmente na segurança privada, sem contrato legal) são apontados como a maior causa de mortes entre os/as policiais militares:

> Desde 2005, 241 policiais militares (PMs) morreram no Rio Grande do Sul. (...) De todas as mortes, 191 ocorreram durante a folga dos policiais. Significa que a cada 10 mortes de PMs, oito foram registradas quando eles estavam fora de serviço. (...) Para o presidente da associação dos Cabos e Soldados da Brigada, Leonel Lucas, a maior parte ocorre fora do horário de expediente quando os PMs fazem o chamado "bico", atividade ilegal, realizada normalmente em estabelecimentos comerciais. Conforme o presidente da entidade, como os policiais atuam sem colete à prova de balas e sem o apoio operacional, ficam mais expostos durante os bicos. (...) Tem *brigadiano* que trabalha em dois ou três bicos e mais na Brigada Militar para sustentar sua família. E geralmente no *bico*, o policial fica exposto, vulnerável a qualquer tipo de ocorrência, sem colete nem nada que os ampare ð explicou Lucas. (...) ð Se eu estivesse trabalhando na ativa, teria mais gente comigo. Mas como eu estava sozinho no *bico*, era eu e Deus. (...) Segundo Leonel Lucas, PMs gaúchos são os que mais praticam *bico* no Brasil. Ele estima que 85% dos policiais trabalham para complementar a renda durante o horário de lazer. Comandante-geral da Brigada Militar, coronel Sérgio Abreu reconhece que é alto o número total de mortes. Apenas este ano, dos 31 PM que morreram, 24 estavam de folga. (Jornal Zero Hora [on line], 21/10/2011)

Tais informações, especialmente quanto ao salário e à moradia de policiais militares, têm importância quando se analisa uma das dimensões da política pública óPM Residenteô: o ingresso de policiais militares no programa (que oferece aos policiais militares a dispensa de pagamento de locação residencial, e taxas de água e luz) se dá por adesão voluntária.

Finalmente, visto que tal política pública busca ir ao encontro da superação, principalmente de um tipo de violências nas escolas que é a dilapidação do patrimônio e bens de consumo, é também de se destacar que:

> Seis escolas, em média, são vítimas de furto e arrombamentos no Rio Grande do Sul a cada dia, segundo a Secretaria da Justiça e da Segurança (SJS). Em 2001, foram 2.128 arrombamentos no Estado. Com pequenas variações, as cenas se repetem: vidros quebrados, equipamentos eletrônicos e merenda

[15] Ibope para a Fundação Victor Civita, divulgada no Jornal Correio do Brasil, RJ, de 13/10/2011: http://correiodobrasil.com.br/professores-fazem-jornada-dupla-para-complementar-renda/311413/.

> roubados e uma legião de estudantes sem aula. (Jornal Zero Hora, 28/04/2002, p. 37)

A ñlegião de estudantes sem aulaò e amedrontados é real e, muitas vezes, têm relação direta com a reação da direção da escola e da comunidade escolar, ocasionada por dificuldades materiais importantes, intranquilidade e medo, e/ou como forma de pressão política para que a escola receba reforços que garantam a segurança que se julga necessária.

3 ï óPM Residenteô: relação com a temática das óviolências nas escolasô e alguns elementos da pesquisa de campo

A temática óviolências nas escolasô é um campo de estudos relativamente novo, tanto no Brasil (ABRAMOVAY, 2006) quanto no restante da América (UNESCO, 2003) e Europa (DEBARBIEUX, 2002), que foi desenvolvida, basicamente, a partir da década de 1980. Especificamente no Brasil, uma das últimas grandes pesquisas foi realizada em 2008 no Distrito Federal, pela Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, e destacou que

> [...] mesmo que a violência esteja presente no dia-a-dia e as pessoas saibam razoavelmente o que ela é ou como lidar com ela, conceituar teoricamente a violência exige certo cuidado, diante do fato de o conceito ser utilizado de maneiras diversificadas e abrangendo várias situações diferentes. Além disso, ela é algo dinâmico e volátil. Como qualquer fenômeno social, seus significados, representações e dimensões se modificam de acordo com as sociedades e com sua história. (ABRAMOVAY et al, 2009, p. 19)

Assim, concordando com a autora, entende-se que tais conceitos se modificam de acordo com as culturas, que são variadas mesmo no contexto local de uma escola. ABRAMOVAY, nessa mesma pesquisa, analisando a presença das polícias nas escolas e em especial das ações do Batalhão Escolar do Distrito Federal, assinalou que

> A presença da polícia no contexto escolar é marcada por ambiguidades e tensões, tanto nas relações que se estabelecem quanto nas percepções do papel da polícia por parte dos professores, alunos, membros da equipe da direção e, até mesmo, dos próprios policiais. Justificada pelos sentimentos de medo e insegurança, a intervenção policial é pensada, muitas vezes, como solução para os problemas de violências nas escolas. (ABRAMOVAY et al, 2009, p. 166)

No caso do programa óPM Residenteô ainda existe a peculiaridade de que as escolas são também moradia do/a policial, tornando esse óum recursoô acionável a qualquer momento, tanto para fins de intervenção em situações fora do controle por seu potencial de violência, quanto para qualquer fim disciplinar que poderia ter outro encaminhamento. Tal circunstância foi verificada em campo, em visita a uma das três escolas estaduais visitadas, para buscar elementos empíricos. Conversando com duas professoras foi lê-se o relato em que a Brigada Militar (não residente) foi acionada para intervir numa situação dentro da escola:

> Esses dias um menino da terceira série estava com uma faca, tivemos que chamar. O brigadiano chamou os meninos e fez toda uma conversa com eles. Foi bem adequadoò (sic). Pergunto a idade do menino, visto que óda terceira sérieô não quer dizer criança necessariamente, e que óelesô são esses?. Já que me disseram ser um menino de pouca idade. Clarice responde que: ñOito anos. Vê se pode! Mas isso *tá* normal hoje em dia. É em todas as escolas. Aí o PM conversou com ele e ele disse que estava com a faca para se defender de outros dois.ò(sic) Então, com as mãos, sinaliza no ar os tamanhos. ñO de 8 maior, e os dois ócontrasô bem menores.ò(sic) Em nenhum momento fazendo menção de intervenção de professores ou orientadores no caso.[16]

Nesse caso, a intervenção se deu por chamado à Brigada Militar diretamente, já que a escola não contava com óPM Residenteô, mas sim Guarda 24h, e está aguardando policial militar para residir. Por ser uma única escola, não se pode generalizar que seja esse óoô comportamento habitual nas escolas estaduais gaúchas, mas que pode ser óumô entendimento. Em outras duas escolas foi encontrada outra situação. Numa, que conta com três óPM Residenteô, morando sem a presença de familiares, e noutra onde o óPM Residenteô encontra-se preso e sua família continua morando na escola (há dois anos), foi percebida a disposição para ação pedagógica como elemento de intermediação e a disposição explícita de não criminalizar brigas cotidianas entre alunos. Explicitamente, uma diretora relatou: ñTeve uma vez uma briga até séria, um aluno chegou a quebrar o nariz do outro, mas não chamamos a brigada. Resolvemos chamar as famílias e até houve registro de ocorrência. A escola participou, mas não precisamos trazer a polícia para dentro da escolaò.

Quanto à presença de policiais na escola como moradores, mas trabalhadores em segurança fora, outra diretora ponderou:

---

[16] Todos os nomes de participantes da pesquisa foram trocados, assim como os das escolas.

> Trabalha sim, tinha a escala dele fora. Era eficiente. À noite e nos fins de semana cuidava da escola. Mas a questão é que é importante que a comunidade saiba que tem. Isso impõe um certo respeito. Ele ficou uns quatro anos e saiu, nem lembro bem porque ï mas era eficiente e a mulher também ajudava. Ficava na porta, com um 38 na mão enquanto ele saia à noite para vigiar.

O relato traz à tona outro elemento da presença desse policial militar ócaseiro de escolaô: o trabalho invisível da mulher. Nesse caso, a companheira o ajudava na missão de zelar pelo patrimônio adentrando, sem suporte legal, as funções do/a policial, que ï diga-se de passagem ï é capacitado/a para agir de forma planejada e coletiva, mas que deve responder de forma individual em ato contra qualquer invasor/a.

Outro aspecto, de que a presença de um policial ñimpõe um certo respeitoò desde que ña comunidade saiba que temò, me remete ao interessante aporte de Hannah Arendt (1992, p. 143-146) sobre autoridade, ou no caso da educação e da escola, a crise de lugar do professor, adulto que não assume a responsabilidade pelo mundo atual e busca construir para as novas gerações um caminho diferente. Não se assumindo como parte do mundo óvelhoô que, afinal, é o seu.

> A *autoridade* [...], um termo do qual se abusa com frequência, pode ser investida em pessoas ï há algo como a autoridade pessoal, por exemplo, na relação entre a criança e seus pais, entre aluno e professor ï, ou pode ser investida em cargos [...]. Sua insígnia é o reconhecimento inquestionável daqueles a quem se pede que obedeçam; nem a coerção nem a persuasão são necessárias. [...] Conservar a autoridade requer respeito pela pessoa ou pelo cargo. O maior inimigo da autoridade é, portanto, o desprezo, e o mais seguro meio para miná-la é a risada. (ARENDT, 2011, p. 62-63)

Os fragmentos de conversas realizadas na pesquisa apontam para a existência de várias abordagens pedagógicas e administrativas para a resolução de conflitos ou potenciais situações de violência. Algumas assumindo a responsabilidade pedagógica da escola na condução de situações cotidianas e outro de delegação à intervenção de terceiros. Delegação que, no caso da segurança, significa passar do professor/a, orientador/a ou diretor/a, para um/a policial militar. Confirmando que a

> [...] ñpresença da polícia nas escolas suscita opiniões e expectativas divergentes entre os atores. Para alguns, tal presença deve limitar-se à segurança do espaço externo à escola e para outros, a tarefa policial pode e deve acontecer dentro do ambiente escolar, incluindo-se aí as revistas aos alunos e palestras educativas.ò. (ABRAMOVAY et al, 2009, p. 167)

A esse respeito, é importante destacar que também a própria área de segurança pública tem suas contradições internas e projetos, como se pode verificar nos debates sobre o Sistema Único de Segurança Pública, em processo (SOARES, 2007).

A díade Educação-Segurança Pública está bastante presente em notícias na internet e nos jornais, nas quais se encontrou títulos ilustrativos como óescolas conflagradasô, óescolas arrombadasô, óescolas com medoô, em muitas das quais há demanda comunitária de implantação do programa óPM Residenteô ou nas quais é anunciada a presença de um óPM Residenteô, como ilustram as figuras a seguir, com notícias de 2010 e final de 2011:

Escola da Capital arrombada pela quinta vez no ano terá PM residente

Suspensas nesta manhã, aulas dos cerca de 600 alunos serão retomadas na quarta-feira

Arrombada pela **quinta vez desde o início do ano na madrugada do domingo**, a Escola Estadual de Ensino Fundamental Otávio Mangabeira, na Rua Sílvio Silveira Soares, no bairro Camaquã, na zona sul de Porto Alegre, terá um policial militar residente a partir da próxima segunda-feira. A garantia foi dada pela Brigada Militar

Figura 1 ï Jornal Zero Hora, de 13 de setembro de 2010. http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1&section=Geral&newsID=a3038211.xml.

Escolas estão à mercê de vândalos

Uma série de ataques e arrombamentos em três escolas da Capital foi descoberta ontem de manhã. Em uma, alunos foram mandados de volta para casa por falta de condições

CAROLINA ROCHA | carolina.rocha@diariogaucho.com.br

Com olhar triste e choro engasgado, Yagner Andrade, oito anos, nem acreditou ao ver as janelas quebradas da sala de aula de sua turma. Dentro, cacos de vidro e pedras em vez de alunos e livros. Ele e os outros 479 alunos da Escola Estadual de Ensino Fundamental Luiz Gama, no Bairro Lomba do Pinheiro, Zona Leste da Capital, ficaram sem aula ontem.

Três escolas arrombadas durante o final de

Figura 2[17] - Jornal Diário Gaúcho, de 25 de outubro de 2011. http://www.clicrbs.com.br/especial/rs/diario-gaucho/19,222,3538739,Escolas-estao-a-merce-de-vandalos.html

[17] Na sequência da matéria apresentada na Figura 2, existe explicitamente alusão à figura do óPM Residenteô ñA escola não tem PM residente nem câmeras de monitoramento: tem apenas alarme.ò

As matérias veiculadas, entre investigativas, descritivas e sensacionalistas, socializam acontecimentos comuns nas escolas, mas a presença do policial, enquanto morador, tendo em vista a natureza distinta de atribuições de polícia ostensiva e repressora, características das polícias militares no Brasil[18], e os papeis atribuídos à escola e à educação obriga que se veja mais de perto a questão da inexistência de preparação, capacitação ou formação específica para ingresso no programa óPM Residenteô.

Para um policial militar entrevistado a questão da formação fica resolvida no ñcurso que tu tem geral da brigada. Não específico para essa atividadeò e estranha a pergunta sobre a existência de uma capacitação específica. Estranhamento que parece não ter lugar na execução de outra atividade policial em escolas, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência ï PROERD. Para atuar como educadores no PROERD, policiais passam por um treinamento de 80 horas, ñvisando o trabalho com crianças e adolescentes na faixa etária dos nove aos doze anosò. (BRUNETTA, 2006, p. 66 e 67).

Ainda, segundo o mesmo policial militar, ñonde tem PM residente as crianças se acostumam e não têm medo da brigada. Você pega outra escola de vila e as crianças têm medoò. Uma fala que remete ao entendimento da função óPM Residenteô como uma possível modalidade de policiamento comunitário,

> [...] ñum conceito de segurança pública que se baseia na interação constante entre a corporação policial e a população. Os policiais comunitários farão ronda na mesma região e serão capacitados em temas como direitos humanos, ética e cidadania ï construindo, assim, uma relação de confiança com a população.ò (MJ/PRONASCI, 2011)

Portanto, mesmo a partir da ótica de um policial mais próximo e confiável, cuja presença não cause medo em crianças, e talvez para que tal prática tenha condições de se concretizar, a capacitação parece indispensável e já faz parte, senão da prática ao menos das definições da política pública de segurança no Brasil, e está proposta em articulação com a Política Nacional de Direitos Humanos (MJ/PRONASCI, 2011).

---

[18] Segundo a Constituição Federal, cabe à Polícia Militar fazer o policiamento ostensivo, ou seja, os policiais devem permanecer nas ruas e em locais públicos a fim de inibir a ação dos criminosos e preservar a ordem pública, atuando quando houver necessidade. (UNESCO/Brasil, 2006).

Uma formação que, por evidente, precisa ser alcançada também aos/às profissionais da educação que atuam nas escolas que, tendo ou não óPM Residenteô, poderiam ser instados/as a refletir sobre estratégias de intervenção em conflitos para que não se aumentem ou instaurem processos violentos (e violentadores) e vice-versa.

4 ï Reflexões preliminares

Em 2011, com os conhecimentos empíricos obtidos na pesquisa a respeito de como está estabelecida a política pública óPM Residenteô, e de como ocorre em algumas escolas, me despertou para o tema da construção da autoridade na escola, em especial da autoridade enquanto reguladora disciplinar de comportamentos percebidos como inadequados, transgressores ou violentos, por adultos/as (professores/as e outros/as agentes escolares) encarregados do cuidado de crianças e adolescentes na condição escolar de alunos/as, questão que não pude aprofundar, tendo em vista o tempo despendido para conhecer.

Educação e Segurança Pública, por certo, têm lugares demarcados dentro do nosso contexto social, mas há que se questionar sobre suas naturezas distintas, enquanto áreas de saberes e práticas, sobre possibilidades e limites de suas intervenções quando adentram outros campos ou como (e se) buscam estabelecer ações intersetoriais.

Voltando a um dos desafios desta pesquisa, e sem a pretensão de respondê-lo de forma mais aprofundada, a política pública óPM Residenteô pode oportunizar interessantes pesquisas e discussões sobre um tema invisibilizado a alguns olhares, entre outros motivos por que:

> Por muito tempo, alguns segmentos da militância em Direitos Humanos mantiveram-se distantes do debate sobre as políticas públicas de segurança no Brasil. No processo de consolidação da democracia, por diferentes razões, movimentos sociais e entidades manifestaram dificuldade no tratamento do tema. Na base dessa dificuldade estava a memória dos enfrentamentos com o aparato repressivo ao longo de duas décadas de regime ditatorial, a postura violenta vigente, muitas vezes, em órgãos de segurança pública, a percepção do crime e da violência como meros subprodutos de uma ordem social injusta a ser transformada em seus próprios fundamentos. Distanciamento análogo ocorreu nas universidades, que, com poucas exceções, não se debruçaram sobre o modelo de polícia legado ou sobre os desafios da segurança pública. (PNDH-3, 2010)

Assim como tal invisibilidade pode ser multifatorial, tendo a ver também com as dinâmicas próprias de cada escola, muitas vezes violenta para seus estudantes e/ou professores. Afinal, cotidianamente, em muitas escolas

> [...] defrontam-se educadores e educandos. Ambos desrespeitados por uma política educacional, que jamais teve como meta um investimento sério na educação escolar, de boa qualidade para crianças e jovens das classes populares. A precariedade [...] é marca registrada da história do ensino público de primeiro e segundo graus no país, desde sempre. [...] De um lado, educadores mal pagos, mal formados, desacreditados e frustrados, que cada vez mais se distanciam do gosto de ensinar e fazem de seus alunos ñbodes expiatóriosò; de outro, alunos cada vez mais desinteressados de uma escola que não ensina, revoltados com educadores que os vêem como incapazes, perigosos e causadores de todos os seus males que assolam as escolas, situadas nos bairros mais pobres, não por acaso as mais precárias física e pedagogicamente. Está montado o palco para uma guerra que só tem vítimas: professores e alunos, todos atingidos mortalmente por décadas e décadas de desrespeito ao preceito constitucional de que todas as crianças brasileiras têm direito a um bom ensino escolar e de que todos os cidadãos, inclusive os educadores, têm direito a uma vida digna. (PATTO, 2002)

No óRelatório Mundial Violência contra a Criançaô são destacadas as violências na escola, que normalmente não têm chamado atenção das instituições e órgãos integrantes do sistema de garantias de direitos previsto na legislação especial brasileira[19]:

> A imagem pública da violência nas escolas tem sido acentuada pelo enfoque dos meios de comunicação de massa em eventos extremos, como massacres com armas de fogo, ataques e seqüestros em massa nesses ambientes. No entanto, esses acontecimentos são raros. Há formas mais comuns de violência que não são divulgadas e podem ser tão toleradas e até aceitas pelo público, por políticas oficiais e pela legislação que não são consideradas suficientemente importantes para ser estudadas, discutidas ou debatidas. (UNICEF, 2006)

Assim, a avaliação da política pública óPM Residenteô precisa ser realizada quanto a suas potencialidades, limites e desafios, naquilo que a regula e na sua execução nas escolas onde esteve e está implantada.

Nesta pesquisa exploratória se buscou mais saber da existência dessa política pública e menos analisá-la. Mas alguns elementos chamaram mais a atenção, como a necessidade de se conhecer mais sobre a dinâmica de execução cotidiana dos policiais chamados a realizar uma dupla jornada.

---

[19] Notadamente o Estatuto da Criança e do Adolescente e mais recentemente o PNDH 3.

Ainda é de se pesquisar como esse programa, em si, responde a tentativa de fazer frente à violência nas escolas, já que esse ófazer frenteô é evidenciado pela proteção patrimonial, porque os policiais militares que atuam no programa o fazem em seu horário de ódescansoô, após o exercício de sua carga normal de trabalho. Como se realiza, efetivamente, a proteção de profissionais da educação e estudantes nos horários de funcionamento normal das escolas?

Como se equaciona a questão da segurança do/a profissional de segurança pública que têm que responder, em ato e sozinho/a, a qualquer ocorrência que venha a se dar na escola? Como aconteceu, em fevereiro de 2011, na cidade de Santa Maria/RS, onde uma policial militar, após entrar em luta corporal contra um invasor, quase à meia-noite de um sábado, o matou[20].

Segundo a SEDUC, respondendo a pergunta de ñque aspectos são avaliados como positivos e que aspectos são avaliados como problemáticos no programaò, foi destacado como positivo o fato de que ñna maioria das escolas constatou a diminuição dos arrombamentos e a simples presença do PM na escola inibe os roubos.ò. O que confirma algumas entrevistas de campo que vêm no óPM Residenteô a imposição de respeito pela escola por parte da comunidade. E como aspectos problemáticos, respondeu a SEDUC, que é ña definição do perfil do PM residente no papel (estamos construindo com a Brigada Militar a definição do perfil do PM residente) e uma capacitação inicial e continuada com PM e escola sobre o papel de cada um dentro da escola.ò.

Com a SSP não foi possível conseguir dados, pois ñnão possuem em banco de dados as informações solicitadasò, que está sendo organizado. Assim como, há uma ñcomissão de trabalho que está analisando a legislação do programaò [21].

Além de pesquisas com múltiplas abordagens, parece que os órgãos controladores de políticas públicas, em especial os conselhos estaduais de Educação e dos Direitos da Criança e do Adolescente, precisam colocar a política pública óPM Residenteô em avaliação. Inclusive porque tanto no governo anterior (2007/2010)

---

[20] Jornal de Santa Maria, 14/02/2011.

[21] Segundo informações da pessoa oficialmente contatada e que seria responsável pelo programa, depois de muitas tentativas oficiais, e busca de apoio por meio de rede de relações do pesquisador.

quanto no atual se estão dizendo coisas muito parecidas, que remetem ï no mínimo ï a descontinuidades de controle, monitoramento e avaliação. Afinal, retomando a elaboração de SOARES (2007), quando refletiu sobre a dificuldade de mensurar qualidade em segurança pública, o programa óPM Residenteô estar implantado em mais de quatrocentas escolas e existir há mais de duas décadas, não quer dizer de sua eficiência e validade, nem seu contrário, quando se busca questionar de sua oportunidade e relevância para contribuir com a redução de violências nas escolas.

Até porque, e novamente, a abordagem que verifiquei empiricamente conduz a um discurso dúbio que confunde arrombamentos e outros danos patrimoniais a indisciplina e óperigoô da comunidade, dos/as alunos/as. Um cenário onde se pode construir algum tipo de polícia comunitária e intervenções pedagógicas à favor de processos dialogados ou a reafirmação do mandos autoritários, por parte daqueles/as que deveriam construir e educar para processos democráticos de resolução de conflitos e a favor dos direitos humanos.

Referências:

ABRAMOVAY, Miriam (Coord.). óCotidiano das escolas: entre violênciasô. Edições UNESCO, Observatório de Violência, Ministério da Educação. Brasília, 2005.

_____. óRevelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência na escolaô. RITLA, Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal. Brasília, 2009.

_____. óViolência na Escola: América Latina e Caribeô. Edições UNESCO. Brasília, 2003.

ARENDT, H. óEntre o passado e o futuroô. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. H. óSobre a violênciaô. 3ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BRASIL. Plano Nacional de Direitos Humanos, 3. Brasília, 2010.

BRUNETTA, Antonio Alberto. óAutoridade policial na escolaô. Junqueira & Marin Editores. São Paulo, 2006.

CALAZANS, Márcia Esteves de. óPoliciais migrantes: identidades policiais em movimentosô. Tese de Doutorado, Porto Alegre, 2008. Disponível em: http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25753/000754709.pdf?sequence=1. Acesso em 15 de julho de 2011.

DEBARBIEUX, Eric, e **BLAYA**, Catherine. óViolências nas escolas: dez abordagens européiasô. Edições UNESCO. Brasília, 2002.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). Disponível em: http://portal.mj.gov.br/pronasci/data/Pages/MJE24D0EE7ITEMIDAF1131EAD238415B96108A0B8A0E7398PTBRNN.htm. Acessado em: 10/10/11.

PARANÁ. Governo do Estado. Secretaria de Corregedoria e Ouvidoria Geral, Sistema Integrado para Gestão de Ouvidorias.

PATTO, Maria Helena Souza. óIDENTIFICANDO ERRONEAMENTE O INIMIGOô. In Relatório de Cidadania II - Os Jovens, a Escola e os Direitos Humanos. Rede de Observatórios de Direitos Humanos. Instituto óSou da Pazô, USP, UNPD e Secretaria de Estado dos Direitos Humanos/MJ. Brasília, 2002.

RIO GRANDE DO SUL, Secretaria de Educação. Disponível em http://www.seduc.rs.gov.br/pse/html/rel_mun.jsp?ACAO=acao6. Acessado em: 20/10/11.

RIO GRANDE DO SUL, Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. Disponível em: http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/. Acessado em: 01/11/11.

SOARES, Luiz Eduardo. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. **Estud. av.**, São Paulo, v. 21, n. 61, Dec. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000300006&lng=en&nrm=iso>. access on 08 Set. 2011. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142007000300006.

UNICEF. Relatório Mundial da Infância. Disponível em: http://www.crin.org/docs/Relatorio_Mundial.pdf. Acessado em: 13/10/11.